



OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA: O CASO DO IFRN.

Bernardino Galdino de Sena Neto; Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares; Maria Judivanda da Cunha

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
(nettosena@hotmail.com)*

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
(andrezza.tavares@ifrn.edu.br)*

*Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
(mariajudivanda@hotmail.com)*

Resumo: Este artigo tem como tema o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e objetiva compreender o processo de implantação do referido programa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Para dar sustentação teórica ao trabalho, se fez necessário percorrer pelas discussões em torno da formação integrada discutindo, portanto, o conceito de politecnia, tão amplamente debatido na literatura marxista contemporânea, sendo o estudo realizado mediante revisão bibliográfica específica em autores relevantes para a discussão na qual se propõe o artigo. Também se fez necessário a leitura e interpretação da legislação vigente referente ao programa. A revisão bibliográfica focada na expectativa de descortinar as ações de implantação das primeiras turmas do PROEJA no IFRN elencou as particularidades de cada campi quando da escolha dos programas e cursos destinados à oferta de vagas. Conclui-se a partir das leituras, que embora tenha havido avanços em relação à organização curricular anterior, pautada em legislações que distanciavam a educação básica da educação profissional, muito ainda deve ser feito principalmente no tocante a questão da formação de professores para o cumprimento dos princípios do programa em sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Integrada, Educação de Jovens e Adultos, PROEJA.

1 INTRODUÇÃO

No percurso histórico da educação brasileira alguns segmentos da sociedade foram desprivilegiados por força das descontinuidades de programas e cursos que se caracterizaram pela correlação de forças emanadas das políticas vigentes no país. Dentre esses programas, os destinados ao público da EJA (Educação de Jovens e Adultos) perpassaram por uma série de descontínuas ações que por muitos anos estavam basicamente ligadas à questão da alfabetização de uma classe trabalhadora com pouco acesso a educação formal.

Com a reestruturação produtiva do mercado focado na indústria, ações de qualificação profissional passaram a ganhar destaque na agenda política brasileira e dentre elas a educação voltada aos jovens e adultos que abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar estando, portanto não qualificados para o mercado de trabalho atual. Segundo Henrique e Oliveira, (2007) a educação de jovens e adultos vem defendendo a reinserção daqueles excluídos do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sistema educativo da escola regular buscando a qualificação profissional a fim de possibilitar uma educação em consonância com a concepção integral de formação do cidadão. Essa formação defendida deve combinar trabalho, ciência e cultura, tanto nos seus fundamentos científico-tecnológicos e sociohistórico quanto na sua prática.

Sob este aspecto surgem políticas específicas destinadas à qualificação dessa parcela da população e dentre essas políticas ganha destaque o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA que tem como objetivo contribuir para a formação técnica daqueles que ainda não concluíram o ensino fundamental, ou que já o concluíram, mas não tem formação de nível médio regular ou técnico profissionalizante.

O trabalho em tela objetiva compreender o processo de implantação do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Para isso se fez necessário percorrer pelas discussões em torno da formação integrada discutindo, portanto, o conceito de politecnia, tão amplamente debatido na literatura marxista contemporânea, sendo o estudo realizado mediante revisão bibliográfica específica em autores como Rodrigues (2008), Savianni (2003), Moura (2012), Machado (2013) e Silva (2013) dentre outros relevantes para discussão no qual se propõe o artigo.

O texto está estruturado da seguinte forma: na seção um o texto introdutório, na seção dois são discutidos os desafios da formação integrada com autores que tratam da politecnia através do conceito de trabalho como princípio educativo, na seção três um breve histórico sobre a legislação que embasa especificamente o PROEJA, a discussão do tema educação de jovens e adultos no cenário nacional na seção quatro, o PROEJA no IFRN na seção cinco, culminando com as considerações finais apresentadas na seção seis, além das referências bibliográficas utilizadas.

2 OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO INTEGRADA

Pensar a formação integrada a partir da condição do trabalho como princípio educativo tem sido alvo de discussões em torno da educação durante os últimos anos. Foi a partir das concepções defendidas por Marx que a ideia de formação politécnica surgiu, embora não haja nenhum texto sistemático sobre a educação de autoria do mesmo. Rodrigues (2008) elenca os vetores que indicam a concepção marxista de educação como sendo a educação pública,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

gratuita, obrigatória e única para todas as crianças e jovens; a combinação da educação (educação intelectual, corporal e tecnológica) com a produção material capaz de proporcionar a todos uma compreensão integral do processo produtivo; a formação omnilateral da personalidade tornando o ser humano capaz de produzir e fruir ciência, arte e técnica e a integração recíproca da escola com a sociedade com o propósito de alinhar as práticas educativas com as demais práticas sociais. No sentido de se conceber o ideal de formação integral do trabalhador, se enraiza o que na tradição marxista passou a ser chamado de politecnia.

Savianni (2003) conceitua o termo politecnia como “a possibilidade de superação da ruptura entre ciência e técnica na medida em que postula um processo de trabalho que se desenvolve pela unidade indissociável dos aspectos manuais e intelectuais”.(MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 11). Sendo assim, compreende que não existe trabalho manual puro nem trabalho intelectual puro, já que todo trabalho humano envolve as duas posições uma vez que para conseguir realizar um trabalho manual, o indivíduo precisa compreender mentalmente o sentido dessa atividade e assim, ao exercer essa tarefa aplica inteligência no domínio do processo. (SAVIANNI, 2003).

Inspirados em Marx e Engels, alguns autores discutem amplamente o conceito de formação integrada ou politécnica embora nem sempre concordem com ele, fato comum ao materialismo histórico. Gramsci compreende o trabalho através de suas dimensões teórico-prática, social e histórica, onde a partir do tensionamento entre trabalho em sua dimensão ontológica e a constituição histórica do trabalho alienado, se constitui o trabalho como princípio educativo. Para ele a escola é concebida como lugar especial de formação dos indivíduos, onde o trabalho aparece como elemento primordial de constituição do ser social, nas suas dimensões individual e coletiva. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012). Ou seja, é na escola onde o indivíduo é preparado para o trabalho alienado, perdendo o trabalho o seu sentido ontológico estando agora pautado na obrigação que os mecanismos da produção alienada correlaciona, obra concebida pelo capitalismo como forma de expropriar o trabalho humano em busca da obtenção de maiores lucros em detrimento a necessidade apenas de sobrevivência do indivíduo.

Machado (2013) ao discutir a concepção de educação pautada nos princípios da escola unitária gramsciana, sendo este espaço o local onde os indivíduos trocam suas experiências e consequentemente produzem conhecimento, entende a escola



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

como o lugar da formação humana integral, o que significa não dissociar, valorar ou hierarquizar conhecimentos, mas torná-los dialeticamente na sua totalidade e especificidade. Buscando superar a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, o currículo, nessa concepção de educação e de escola, tem como eixo estruturante a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, baseando-se no trabalho como princípio educativo e entendendo-o no sentido ontológico, como constitutivo e constituinte do sujeito, ou seja, não se reduz à produção apenas da sua existência material, mas é essencialmente produção de cultura. (MACHADO, 2013, p. 43).

Essa afirmação se coloca em posição ao pensamento de Savianni (2003) quando o mesmo discute a configuração histórica do currículo pautado na essência do trabalho, uma vez que historicamente o trabalho tem sido o balizador das relações sociais de produção e educação. Segundo o autor supracitado, é através do trabalho que o homem produz as condições de sua existência transformando a natureza ao seu redor e criando a cultura do mundo humano. Logo a escola não pode estar dissociada da relação trabalho-educação por ser esta centrada na necessidade de materializar sua subsistência, e esta materialização só ocorrerá mediante a força produtiva que a mesma é capaz de desenvolver estando, portanto intrinsecamente ligada a sua qualificação que envolve o saber produzir.

Observadas as convergências de pesquisadores da área de Trabalho e Educação em assumir a formação na perspectiva da emancipação humana, baseadas no trabalho, Machado (1989) enfatiza que a transformação da sociedade se fortalece mediante a formação do indivíduo por via do ensino politécnico. Sob este aspecto, Silva (2013) coloca que embora historicamente as relações entre formação científica e formação para o trabalho no ensino médio tenham marcas latentes, a integração entre os conhecimentos científicos e tecnológicos implicaria na superação da simples justaposição de disciplinas, buscando assim articular o saber científico ao técnico com vistas à não reprodução da dualidade por tanto tempo disseminada.

Compreende-se a partir destas observações que a formação humana não pode estar dissociada das relações mútuas entre os indivíduos, uma vez ser esta, produto das relações sociais tendo a escola como espaço institucionalizado onde parte da formação humana dos indivíduos acontece sem desprezar, no entanto, os conhecimentos trazidos individualmente por cada elemento. Sendo assim, a formação integral traz consigo um conjunto de abstrações que são construídas a partir das relações sociais na vida escolar e no ambiente de trabalho. Desta forma, o trabalho torna-se elemento fundamental da formação humana uma vez “que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

comporta as dimensões teórico-prática e técnico-política necessárias para mediar as relações entre sociedade, mundo do trabalho e processo produtivo”. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 10).

3 OS ASPECTOS LEGAIS QUE NORTEIAM O PROEJA

A legislação referente ao PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) tem origens na necessidade de se pensar uma formação integrada que relacione trabalho e educação para um perfil discente afastados da escola por fatores diversos como a evasão ou falta de acesso na idade própria e que se encontram essencialmente à margem do mundo do trabalho ou trabalhando informalmente sem qualificação adequada. Segundo Silva e Rocha (2013) o PROEJA busca não apenas qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores, mas essencialmente formação básica numa perspectiva cidadão e emancipatória.

Dentre os principais documentos norteadores encontram-se o Decreto 5.478/05 que criou referido Programa e foi causador de conflitos na rede federal tendo em vista até então a não atuação das instituições federais com essa modalidade de ensino de forma sistemática, e o Decreto 5.840/06 tido como documento base do PROEJA, que instituiu melhorias ao programa com mudanças significativas a partir da ampliação e abrangência do programa, que era limitado ao ensino médio passando a incluir também o ensino fundamental. (MOURA, 2013)

De acordo com o Documento Base, na perspectiva do ensino médio integrado à educação profissional, a Educação de Jovens e Adultos deve pautar-se em fundamentos político-pedagógicos estabelecidos como norteadores de uma organização curricular integrada, com vistas à qualificação profissional e social que incida sobre a elevação da escolaridade. Assim, deve primordialmente integrar conteúdos de formação geral de nível médio e conteúdos de um campo profissional específico, assegurando a particularidade da EJA. (SILVA, 2013).

4 O PROEJA NO CENÁRIO NACIONAL

Historicamente no Brasil a Educação de Jovens e Adultos (EJA) fora marcada por ações descontínuas focadas em grande parte em programas de alfabetização. Dentre esses programas se destacam, entre outros, o Movimento de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Educação de Base (MEB), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor 1996) e do Programa Alfabetização Solidária (PAS 1996), além do Plano Nacional de Qualificação (PNQ 2003). (HENRIQUE, CARVALHO NETO; SILVA, 2013). Essas descontinuidades vinham de encontro ao princípio constitucional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 que relacionava a educação escolar ao trabalho e as práticas sociais.

A partir de documentos como LDB 9.394/96, o Decreto 5.154/2004 e o Parecer do CNE/CEB nº 11/2000, as ações que constituem a EJA passam a ganhar novas configurações, já que a LDB

assume a EJA como modalidade de ensino, podendo ser articulada com a educação profissional na forma integrada com a educação básica e na forma subsequente a esta [o Decreto 5.451/04 que] dentre as formas de articulação da educação profissional, apresenta a integração desta com a educação básica [e o parecer 11/2000] que apresenta a EJA como mais uma forma de acesso ao direito à educação escolar, avançando na definição das funções dessa modalidade de ensino. (HENRIQUE, CARVALHO NETO; SILVA, 2013, p. 449-450)

A aproximação de duas modalidades de educação básica, a educação profissional e a educação de jovens e adultos, desde a sua criação pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, ocupou espaço nas discussões acadêmicas, tornando-se, no contexto da política educacional brasileira relevante por se tratar de um programa a ser executado por toda a rede federal de educação profissional e tecnológica. Dessa forma “o Proeja passou a ser a porta de entrada dos jovens e adultos trabalhadores pobres – e com defasagem de escolarização – nessas instituições”. (MACHADO, 2013, p 45-46)

Primeiramente o que se coloca é a necessidade de identificar os sentidos e os desafios postos numa oferta de escolarização a trabalhadores que busque integrar conhecimentos gerais à formação específica. (MACHADO, 2013). No contexto de descontinuidades ora apresentado, o PROEJA assume uma nova concepção ao integrar os conhecimentos inerentes ao currículo da educação básica a conhecimentos específicos do mundo do trabalho e busca sanar as lacunas formativas decorrentes das descontinuidades históricas colocadas como impeditivas de qualificação profissional de um público inserido ou não no mercado de trabalho, e sem a devida instrução, ainda que mínima, quanto aos elementos críticos da sociedade contemporânea.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nesse contexto o Decreto 5.478/05 inicialmente restringindo o PROEJA ao âmbito da rede federal de educação pela sua tradição e experiência na oferta de cursos técnicos de nível médio e pela abrangência da rede em nível nacional foi editado pelo Decreto 5.840/06 que amplia a oferta de educação profissional integrada à educação geral de ensino médio em três modalidades: subsequente, concomitante e integrada. (SILVA, 2013). Com a ampliação, houve a abrangência de atuação do Proeja também para o sistema S (Senac, Senai, Sesc, Sesi, Senar, SESCOOP e Sest) como também para as redes municipais e estaduais.

Dessa empreitada, o sistema S por se tratar de um segmento corporativista de mercado, abarcou a possibilidade de desenvolver cursos técnicos focados no público da EJA enquanto as redes municipais e estaduais, por uma série de fatores como falta de infraestrutura física, de pessoal qualificado e de recursos pouco se desenvolveu no segmento, embora ambas já atuem tanto na Educação de Jovens e Adultos como na Educação Profissional Técnica, porém de forma não integrada.

5 A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO IFRN: primeiras experiências

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) as primeiras ações concretas focadas no PROEJA ocorreram, segundo Henrique, Carvalho Neto e Baracho (2013) a partir de 2005 com o processo de implantação do Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos de nível médio (EMI) com ofertas tanto para adolescentes como para jovens e adultos. Dessa forma

Ao implantar o PROEJA, o instituto expande a sua missão na perspectiva de incluir jovens e adultos para o desenvolvimento social e para atender a um contingente de pessoas cuja escolaridade média não ultrapassa quatro anos. Essas pessoas visam à sua inserção ou manutenção no mercado de trabalho. (SANTOS; MARTINS; BARACHO, 2010, p. 2015).

A expectativa de promoção do PROEJA no Instituto estava pautada nas diretrizes elencadas pelos Decretos 5.478/05 e pelo Decreto 5.840/06 que revogou o anterior. Nesse contexto o PROEJA surge com a prerrogativa de abranger cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Devem corresponder ao mínimo inicial de dez por cento do total de vagas de ingressos no instituto, tendo como base de referência o quantitativo de vagas no ano anterior. A ampliação da oferta de vagas deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino (incluída pelo Decreto 5.840). Os



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

cursos e programas deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas assegurando o mínimo de mil e duzentas para a formação geral e duzentas para formação profissional cumulativamente quando se tratar de cursos de formação inicial e continuada, e duas mil e quatrocentas horas quando se tratar de cursos de educação profissional técnica de nível médio.

De acordo com o Decreto 5.840/06 os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados tanto ao ensino fundamental ou ao ensino médio objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural. (BRASIL, 2006b). Nesse contexto, segundo Santos, Martins e Baracho (2010), o PROEJA surgiu como uma forma de contribuir com a inclusão social das pessoas afastadas da escola e sem formação profissional mínima, através da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrado à modalidade de Jovens e Adultos.

Vale salientar também que com o Decreto de 2006 deu abertura às instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e às entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S) na oferta do PROEJA.

Como proposta inicial da formação para jovens e adultos, alguns Campus do IFRN ganharam destaque pelas iniciativas de implementação da modalidade, como o Campus Mossoró com o curso técnico em edificações, Campus Natal zona norte com o curso de informática, Campus Ipanguaçu com o técnico em agroecologia, e Campus Currais Novos com técnico em alimentos. Dessa empreitada o grande desafio era formar e qualificar jovens e adultos trabalhadores para os diversos setores da economia e consonância com as demandas do desenvolvimento local. Considerando essa assertiva os cursos foram pensados a partir da realidade socioeconômica de cada região onde seriam desenvolvidos os cursos.

No Campus Mossoró o curso técnico em edificações foi planejado com carga horária total de 3.220, sendo destinadas 2.820 para formação geral e 400 horas para prática profissional e visando diretamente contribuir com a ampliação do mercado de construção civil de Mossoró pela expansão imobiliária dos últimos anos. No Campus Natal zona norte, o curso técnico de informática foi organizado em sua matriz curricular com um total de 3.100 horas, sendo 2.700 para formação geral e 400 para formação específica e prática profissional tendo como principal objetivo qualificar profissionais de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

informática para atuarem nas empresas instaladas no polo industrial da capital mediante a disseminação de novas tecnologias computacionais. Em Ipanguaçu o curso de agroecologia se identifica com a atividade econômica do município onde a agricultura irrigada e a pecuária extensiva são os principais aportes econômicos da região. O mesmo foi desenvolvido com carga horária total de 3.100 horas, sendo 2.700 para formação geral e 400 para prática específica. Por fim, no Campus Currais Novos o curso de alimentos, também com carga horária total de 3.100 horas, sendo 2.700 horas de formação geral e 400 horas de prática profissional, foi pensado com base na produção industrial da região que é fundamentada na agricultura, pecuária extensiva e produção leiteira. (SILVA; ROCHA, 2013).

Ao relacionar os cursos do PROEJA que deram início ao programa no IFRN com as potencialidades econômicas locais dos respectivos municípios, constata-se

que os mesmos foram concebidos a partir de uma lógica de desenvolvimento local, a fim de atender, por um lado, a determinação do Decreto nº 5.840/2006 e, por outro, contribuir para alavancar a economia dos respectivos municípios, mediante a formação e qualificação de jovens e adultos trabalhadores, que podem se inserir nas respectivas atividades econômicas com mais qualidade, bem como em atividades sociais e culturais. (SILVA; ROCHA, 2013, p. 24).

A partir do estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, pode-se constatar que a implementação do Ensino Médio Integrado nos campi do IFRN pesquisados, representou “um grande avanço em relação à organização curricular anterior, na qual o ensino médio e a educação profissional estavam separados por imposição legal”. (HENRIQUE; CARVALHO NETO; SILVA, 2013, P.445). No entanto a pesquisa também deixou evidências de que a materialização dos princípios que embasam o EMI ainda se dá de forma incompleta tendo algumas decisões da gestão e principalmente a questão da formação de professores como balizadores para o não cumprimento dos princípios em sua totalidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os desafios típicos de se implantar uma política de formação e de qualificação profissional voltada para o segmento de jovens e adultos no Brasil, e considerando os percalços que essas políticas sofreram devido a descontinuidade das ações ao longo dos anos, sem uma atenção específica que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

englobasse educação e trabalho numa perspectiva de formação integral, o PROEJA parece abarcar com mais seriedade e efetividade a formação desejada pelas políticas educacionais do país.

Essa formação que integra conhecimento científico e conhecimento técnico, unindo os aspectos intelectuais aos manuais tem sido favorecida através da legislação que contempla essa necessidade no mercado produtivo atual, tendo como documento legal mais expressivo o Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006 que dar legitimidade às ações focadas na qualificação profissional técnica na modalidade de Educação de Jovens e adultos.

Por esta necessidade, o processo de implantação de cursos e programas do PROEJA no IFRN, representou uma ação efetiva de formação profissional técnica onde se levou em conta as características particulares de cada região que teve oferta de cursos, apoiando-se nas demandas produtivas de cada lugar garantindo, portanto, incremento na economia local através de pessoal qualificado.

No entanto, cabe salientar, que o processo embora já esteja institucionalizado, merece atenção principalmente pelo fato de ainda ser precário a formação de professores para atuar junto a esse público. Esse fato se fez notar em pesquisa realizada pelo NUPED, e citado anteriormente, o que aponta atualmente para uma nova necessidade, que é a de pensar institucionalmente meios de formação específica para aqueles que estão a frente dos processos formativos nos diversos campi do IFRN, garantindo assim a continuação dos cursos e programas focados na EJA. Acredita-se que sem esse preparo, sem o interesse por parte da instituição ofertante em qualificar o docente, a expectativa de continuidade da oferta de educação de jovens e adultos na instituição como um todo, comece a esmiuçar-se, fato que já pode ser notado atualmente através da consulta dos últimos editais do IFRN para ingresso na referida modalidade onde se observa um número menor de vagas ofertadas e a descontinuidade da oferta mesmo nos campi que foram pioneiros na oferta. No entanto, não sendo este o objetivo desse trabalho, fica apenas como reflexão e possibilidade de estudo futuro sobre essa problemática em específico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto N° 5.840**, de 23 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2006b.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. **Decreto N° 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005a.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; CARVAHO NETO, Eulália Raquel Gusmão de; BARACHO, Maria das Graças. **A prática pedagógica no PROEJA**: quando a escola abre espaços para atender às singularidades do estudante. In: MOURA, Dante Henrique (org.) Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 435-467.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; OLIVEIRA, Leonor de Araujo Bezerra. **Ações metodológicas e material didático em língua portuguesa com vistas à integração entre os conhecimentos materializados em disciplinas no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Controle Ambiental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Natal-RN, 2007

MACHADO, Maria Margarida. **Avaliação da produção das pesquisas sobre PROEJA**: impactos da implementação do programa. In: MOURA, Dante Henrique (org.) Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 41-75.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000**: movimentos contraditórios. In: _____ (org.) Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 141-200.

MOURA, Dante Henrique. **Mudanças na sociedade brasileira dos anos 2000 limitados pela hegemonia do neoliberalismo**: implicações para o trabalho e para a educação. In: MOURA, Dante Henrique (org.) Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 109-140.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. GT 09 Trabalho e Educação. 35ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas – PE, 2012.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos; SILVA, Ribeiro. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. In: **Anais**: 35ª Reunião anual da ANPED: Porto de Galinhas, 2012 (mimeo).

RODRIGUES, José. **Educação politécnica**. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César Franca (org.) Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 478 p.

SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo; MARTINS, Francly Izanny de Brito Barbosa; BARACHO, Maria das Graças. **Diálogos Proeja**: uma experiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. In: MOURA, Dante Henrique;



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BARACHO, Maria das Graças (Orgs.) Proeja no IFRN: práticas pedagógicas e formação docente. Natal, IFRN Editora, 2010, p. 213 – 230.

SAVIANI, D. **O choque teórico da politecnia.** *In:* Educação, Trabalho e Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.

SILVA, José Moisés Nunes; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. **O PROEJA no IFRN:** uma contribuição para o desenvolvimento local. *In:* HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; MOURA, Dante Henrique; BARACHO, Maria das Graças (Org.). Teoria e prática no PROEJA: vozes que se complementam. 1. ed. Natal, RN. Editora IFRN, 2013.

SILVA, Mônica Ribeira da. **A política de integração curricular no âmbito do PROEJA –** entre discursos, sujeitos e práticas. *In:* MOURA, Dante Henrique (org.) Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 221-242.